

A imposição de tarifas de 50% pelos EUA contra o Brasil impacta mercados agropecuários

A carta enviada pelo governo Trump posiciona o Brasil como um dos principais alvos das tarifas, misturando questões comerciais com motivações políticas e interferências na soberania brasileira, o que compromete as relações comerciais entre os países

Leandro Gilio¹
Luiz Arthur C. Pereira²
Victor M. Cardoso³

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, encaminhou ao Brasil, em 9 de julho, uma carta oficial anunciando a imposição de tarifas de 50% sobre todos os produtos importados do país, com início previsto para 1º de agosto. Essa medida insere-se em uma série de comunicados emitidos desde segunda-feira (7 de julho), nos quais outras nações também foram notificadas sobre aumentos tarifários. Contudo, o caso brasileiro se destaca pelo percentual excepcionalmente elevado — superando todas as tarifas anunciadas até agora, que variaram entre 25% e 40% — e pelo tom político, com críticas direcionadas às instituições brasileiras como justificativa principal.

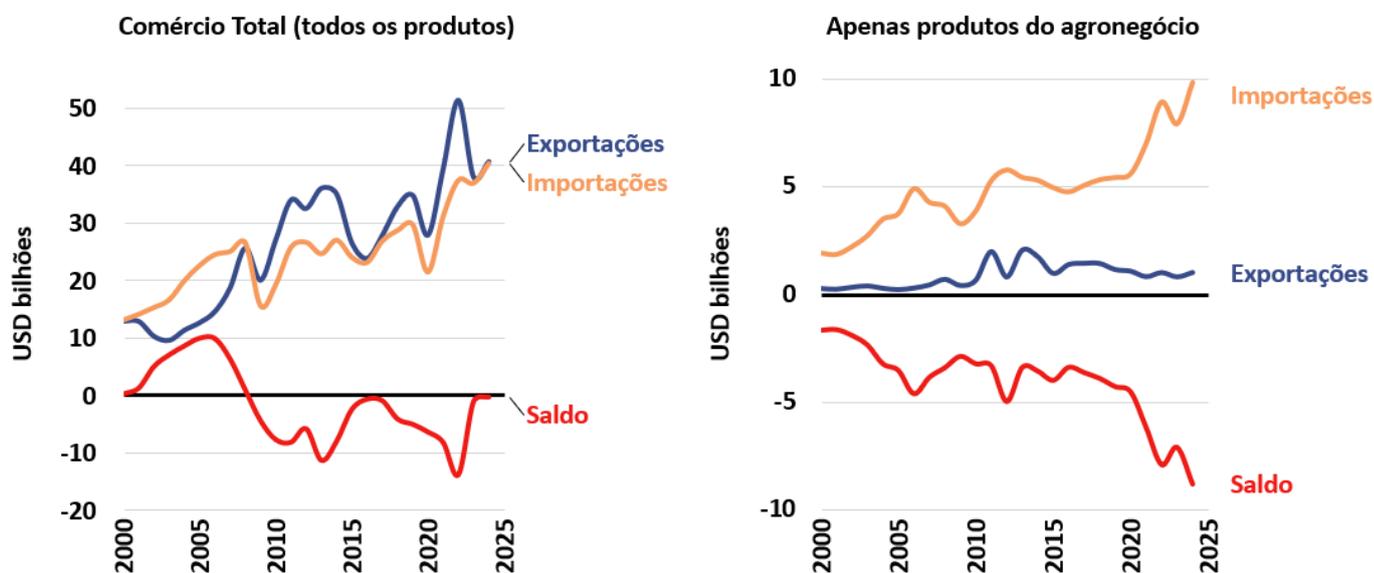
No que se refere a comércio, o texto da carta aponta a existência de um “desnível” nas relações entre os Estados Unidos e o Brasil, utilizado como justificativa para a elevação das tarifas. O documento enfatiza que “50% é muito menos do que o necessário” para alcançar um maior equilíbrio na relação comercial, segundo a visão do governo norte-americano. No entanto, ao analisar os dados sobre o comércio total entre os dois países, a justificativa não se sustenta: os Estados Unidos têm apresentado saldo superavitário em relação ao Brasil desde 2009, conforme se observa na Figura 1, embora em alguns anos o comércio tenha sido mais equilibrado. Em 2024, o superávit comercial dos EUA foi de US\$ 283,8 milhões, resultado das importações brasileiras de US\$ 40,65 bilhões e exportações de US\$ 40,36 bilhões, conforme dados da SECEX. No caso específico do agronegócio, entretanto, o Brasil registra superávit, com uma vantagem de US\$ 8,79 bilhões, também detalhado na Figura 1.

¹ Professor e pesquisador do Insper Agro Global

² Assistente de pesquisa do Insper Agro Global

³ Pesquisador do Insper Agro Global

Figura 1. Balança Comercial dos EUA com o Brasil, comércio total e agronegócio, em valores (US\$ bilhões)



Fonte: Insper Agro Global com base em dados do Trade Data Monitor (2025) e SECEX (2005)

A imposição de tarifas gera grande preocupação no mercado brasileiro de modo geral, considerando que os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil em volume total, representando 12% das exportações e 15% das importações em 2024⁴. Uma eventual retração nessa relação pode impactar significativamente diversas áreas, afetando câmbio, competitividade, custos de produção e a atividade econômica como um todo por meio da redução da demanda externa. Para o mercado norte-americano, o Brasil tem menor peso, correspondendo a 2,4% do valor exportado e 1,3% do importado pelo país, no mesmo ano⁵.

Com foco específico no agronegócio, os EUA são o segundo maior importador global do setor (atrás apenas da União Europeia, considerada em dados agrupados do bloco). Embora tenham menor representatividade para o Brasil no setor, os EUA responderam por aproximadamente 7% do valor total exportado pelo agronegócio brasileiro em 2024, o equivalente a cerca de US\$ 10 bilhões⁶. A Figura 2 apresenta as

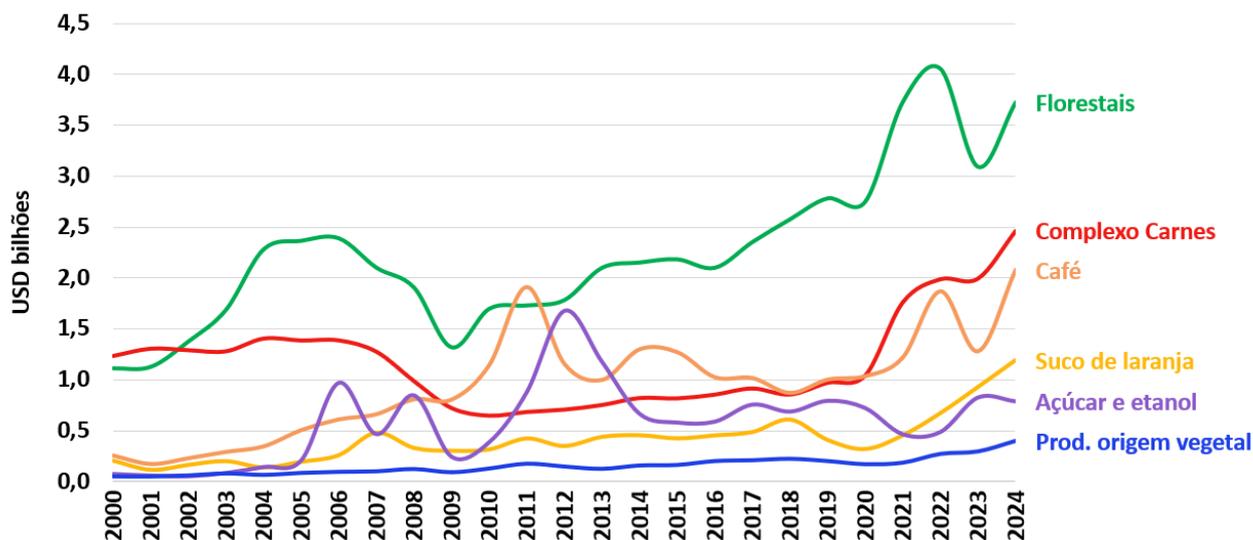
⁴ Dados do Comex Stat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home> Acesso em 10 de julho de 2025.

⁵ Dados do Trade Data Monitor (2025).

⁶ Dado do Trade Data Monitor, considerando a agregação de agronegócio da USDA.

exportações segmentadas por principais grupos de produtos, que são os mais impactados pelas tarifas.

Figura 2. Produtos do agronegócio brasileiro mais exportados para os EUA, de 2000 a 2024, em bilhões de dólares correntes

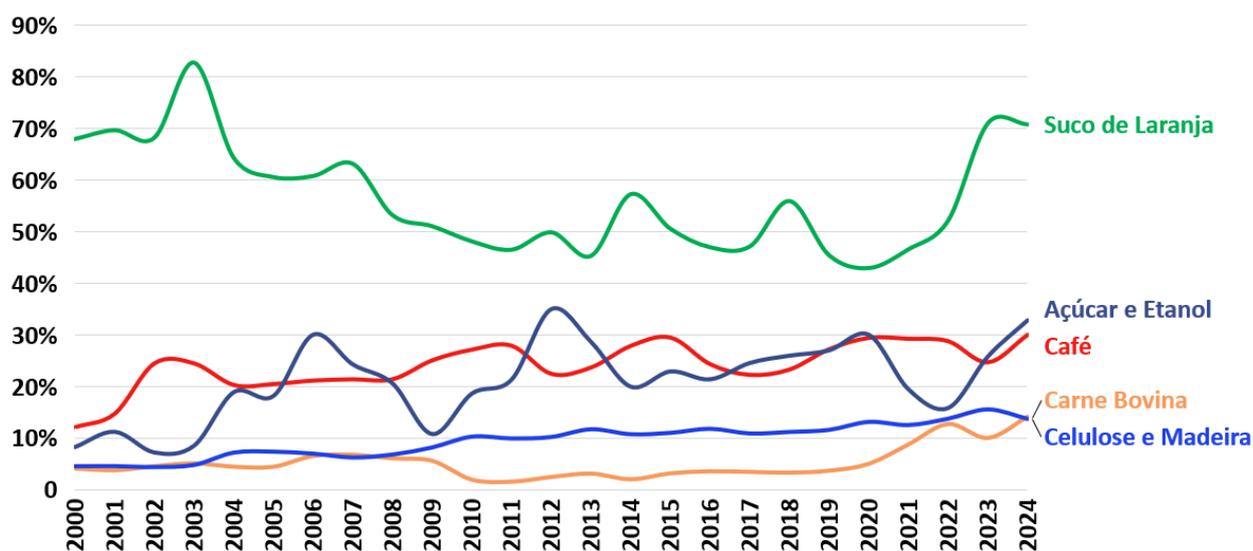


Fonte: Trade Data Monitor (2025)

No mercado norte-americano, alguns produtos de origem brasileira têm forte representatividade. Para suco de laranja, o Brasil atendeu a mais de 70% da demanda por importação do produto nos EUA em 2024. Açúcar e etanol (32%), café (30%), carne bovina (14%) e celulose e madeira (13%) também têm participação relevante nesse mercado, o que indica que a adoção de tarifas elevadas certamente levará à elevação de preços e custos para esses produtos e cadeias de produção relacionadas, prejudicando o consumidor final naquele país (Figura 3).

No lado da importação, o Brasil ainda não anunciou nenhuma tarifa retaliatória (reciprocidade). No agronegócio, os EUA têm importância para o mercado brasileiro na área de insumos, como máquinas e equipamentos e óleo diesel, e tarifas gerariam incrementos de custo ao setor.

Figura 3. Participação dos produtos de origem brasileira nas importações totais dos EUA (participação percentual baseada em volumes — toneladas — totais)



Fonte: Trade Data Monitor (2025).

No início do governo de Donald Trump, durante a primeira rodada de tarifações, o Brasil adotou uma postura de pouca proatividade na busca por uma maior aproximação comercial com os Estados Unidos. Naquela fase, o país não figurava entre os principais alvos das medidas tarifárias, sendo submetido a níveis mais brandos de taxaço (ver mais em [“A escalada protecionista na nova era Trump: riscos e oportunidades para o agronegócio brasileiro”](#)). Com o cenário atual, no qual o Brasil passou a ser incluído entre os países mais impactados por tarifas elevadas, o governo e a diplomacia brasileira têm manifestado maior interesse em intensificar o diálogo comercial com os EUA.

Entretanto, as motivações políticas que embasam a aplicação de instrumentos de política comercial pelos EUA, incluindo sugestões de interferências em questões jurídicas internas do Brasil, como as envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, criam um ambiente menos favorável à negociação.

Outro fator influente na relação Brasil-EUA é o contexto político e econômico estabelecido na última cúpula do BRICS. O encontro tratou de temas como o fortalecimento do alinhamento do Brasil com a China — país atualmente em guerra comercial com os EUA — e iniciativas de oposição aos EUA, como o incentivo ao uso de meios de pagamento alternativos entre países. Esses desdobramentos geraram reações do governo norte-americano, com Donald Trump chegando a anunciar

possíveis retaliações contra países do BRICS via tarifas. Contudo, até o momento da publicação desta nota, nenhuma medida foi concretizada.

Do ponto de vista comercial, o Brasil dispõe de um instrumento legislativo retaliatório: a Lei nº 15.122, de 2025, sobre Reciprocidade Econômica. Essa lei permite a suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relacionadas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais que prejudiquem a competitividade internacional brasileira. No entanto, as contramedidas dependem de coordenação entre o Poder Executivo e o setor privado, e um ciclo de retaliações tarifárias com os EUA poderia ser prejudicial ao Brasil. Além disso, a limitada representatividade do Brasil no mercado norte-americano reduz a eficácia de uma estratégia de confronto direto.

Diante disso, o momento exige a abertura de canais de diálogo mais robustos com os EUA, priorizando temas comerciais concretos e negociáveis. É essencial que a diplomacia brasileira consiga separar questões ideológicas e eventuais ataques à soberania nacional das discussões econômicas. Somente assim será possível dar primazia à lógica comercial e ao pragmatismo, promovendo soluções que minimizem os impactos negativos para o Brasil.

Publicação: 11 de julho de 2025

Expediente

INSPER – Centro de Agronegócio Global

Coordenação Geral

Marcos Sawaya Jank

Pesquisadores

Gabriela Mota

Cinthia Cabral da Costa (Embrapa Instrumentação)

Victor Martins Cardoso

Leandro Gilio*

Arthur Chiodi

Apoiadores institucionais



BBA



Contato

*leandrog3@insper.edu.br